



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1006531-46.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento**
 Requerente: **Maria Aparecida Ciarlo de Campos**
 Requerido: **Jhenyfer Takaessu Perez**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

MARIA APPARECIDA CIARLO DE CAMPOS, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em face de Jhenyfer Takaessu Perez, também qualificada, alegando tenha locado à ré imóvel localizado a Rua Ricardo de Assis Pereira, 966, Jardim Ipanema, São Carlos, pelo aluguel de R\$ 500,00, além da obrigação de pagar o IPTU, encargos com consumo de água, luz e demais acessórios da locação, estando os réus em atraso no pagamento dos aluguéis e encargos vencidos em 20/12/2015; 20/02/2016; 20/03/2016; 20/04/2016; 20/05/2016 e 20/06/2016, totalizando dívida de R\$ 2.400,00 na data da propositura da ação, de modo que reclamam a declaração de resolução do contrato, decretação do despejo e a condenação da ré ao pagamento dos valores em mora, além da sucumbência.

A ré, citada pessoalmente, não contestou o pedido.

É o relatório.

DECIDO.

Não tendo a ré respondido ao pedido, presumem-se verdadeiros os fatos narrados na inicial, notadamente a mora no pagamento de aluguéis e encargos, de modo que é de rigor a procedência da ação para decretação do despejo, com prazo de quinze (15) dias para desocupação do imóvel, atento a que a citação tenha se dado há mais de três (03) meses.

Também é procedente o pedido de cobrança, que deverá incluir não apenas o valor do pedido, de R\$ 2.400,00 referente aos aluguéis e encargos em 20/12/2015; 20/02/2016; 20/03/2016; 20/04/2016; 20/05/2016 e 20/06/2016, como ainda os valores vencidos após a propositura da ação, tudo com correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data dos respectivos vencimentos, como ainda responder pela sucumbência com honorários advocatícios fixados em 20%, conforme contratado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que DECRETO O DESPEJO para que a ré Jhenyfer Takaessu Perez restitua ao(s) autor(es) MARIA APPARECIDA CIARLO DE CAMPOS, no prazo de quinze (15) dias, o imóvel comercial da rua XV de novembro, 2.280, Centro, São Carlos, sob pena de despejo coercitivo; CONDENO os réus Jhenyfer Takaessu Perez a pagar ao(s) autor(es) MARIA APPARECIDA CIARLO DE CAMPOS a importância de R\$ 2.400,00 referente aos aluguéis e encargos em 20/12/2015; 20/02/2016; 20/03/2016; 20/04/2016; 20/05/2016 e 20/06/2016, como ainda os valores vencidos a igual título após a propositura da ação, tudo com correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data dos respectivos vencimentos, e CONDENO os réus ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da condenação, atualizado.

Publique-se Intimem-se.

São Carlos, 22 de setembro de 2017.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA